

Para pensar a interdisciplinaridade na preservação

algumas questões preliminares

Lena Vania Ribeiro Pinheiro
Marcus Granato

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PINHEIRO, LVR., and GRANATO, M. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. In: SILVA, RRG., org. *Preservação documental: uma mensagem para o futuro* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 23-40. ISBN 978-85-232-1221-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARA PENSAR A INTERDISCIPLINARIDADE NA PRESERVAÇÃO

ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

*Lena Vania Ribeiro Pinheiro*¹

*Marcus Granato*²

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este trabalho não podemos deixar de apontar, entre as questões preliminares, a amplitude temática e a nova abordagem aqui esboçada, da relação teórica e prática entre preservação e interdisciplinaridade.

O ato de preservar, na sua acepção mais ampla e não especializada é movido por atividades, funções, e assim é definido no *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Ferreira (1986): “[...] ação que visa

-
- 1 Pesquisadora e professora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação IBICT / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ.
 - 2 Tecnologista sênior do Museu de Astronomia e Ciências Afins, atuando no cargo de Coordenador de Museologia; professor do curso de especialização em Preservação de Acervos da C&T (MAST); vice-coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Doutor em Ciências, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, COPPE/UFRJ.

garantir a integridade ou perenidade de algo como, por exemplo, um bem cultural; salvaguarda”.

Tratando-se de preservação, qualquer que seja o enfoque, é essencial delimitar o seu objeto. Bens culturais? Meio ambiente? Documentos? Documentos digitais? Documentos audiovisuais? Cultura? Biodiversidade? Camada de ozônio? A diversidade de objetos reflete também a pluralidade e abrangência das ações de preservação, algumas gerais, como as de bens culturais, cobrindo uma diversidade de criações, obras artísticas, literárias, artefatos, e outras específicas, por exemplo, preservação da água, preservação do patrimônio imaterial.

No caso da preservação de bens culturais, mais complexidade é adicionada ao tema, em torno de cultura, seus multifacetados conceitos e mobilidade conceitual no tempo.

É importante esclarecer que, como apresentado por Beatriz M. Kuhl (2006):

Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às ‘grandes obras de arte’, como ocorria no passado, mas se volta também às obras ‘modestas’ que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo ‘obras de arte’, são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação.

Complementando esse esclarecimento, o que consideramos como patrimônio cultural são aqueles bens que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam parte desse conjunto. O que os diferencia dos demais, na moderna concepção museológica, inclui a noção de comunicação (MUÑOS VIÑAZ, 2005), que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum sua

natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais.

Um outro ângulo da questão é a inserção dessas ações no ensino e pesquisa de uma determinada área, sejam relacionadas a um campo do conhecimento maior, por exemplo, a História, ou mais pontualmente, à Memória Social (HALBSWACHS, 2006), que abriga e se constitui de memórias individuais, reunidas e entrelaçadas, representativas de grupos sociais.

Pinheiro, em prefácio escrito em 1992,³ chama a atenção sobre a relação da memória e cultura e o quanto “a revolução industrial, a vinculação de trabalho e capital, a modernidade, a indústria cultural e a sociedade da informação, sob a hegemonia da mídia e do computador, transformaram profundamente as ações e relações sociais e a noção de cultura”. Completando as suas ideias, a autora afirma ser no “[...] panorama pós-moderno, de ruptura e perda de milenares valores ocidentais e de identidade e sob nova estética de vida que a memória, individual e coletiva, transnudada, retoma seu papel, tanto na sociedade quanto na ciência”. (PINHEIRO, 1992, p. 11)

Ao assumir esse novo papel, a Memória “deixa de ser feudo intelectual da História” e outras áreas despertam para o tema, entre as quais a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Educação e Psicologia (PINHEIRO, 1992, p. 11), o que anuncia o caráter interdisciplinar da questão, marca epistêmica também da Museologia e da Ciência da informação.

Por outro lado, a interdisciplinaridade se inscreve no campo da Epistemologia, sobre a qual Japiassu (1977, p. 23), há mais de 30 anos, declarava que “[...] sabemos muito sobre aquilo que não é, e pouco sobre aquilo que é ou se torna, uma vez que se trata de uma disciplina recente cuja construção é, por isso mesmo, lenta”. Entre as muitas possíveis definições, o autor menciona a essência da Epistemologia

3 Prefácio escrito para o quarto volume da série Documentos para Disseminação, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de autoria de Icléia Thiesen, na ocasião se assinando Magalhães da Costa, sobre sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ): *Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico*.

como “estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências”. Estamos, portanto, apenas começando nos campos de entrecruzamento de questões relativas à interdisciplinaridade na preservação.

Numa sequência de expansão e desmembramento de questões, podemos pensar os bens culturais que envolvem uma diversidade de objetos ou artefatos, assim como de materiais de sua feitura. O papel, a tinta, o ferro, a madeira, as pedras etc. são determinantes para as ações de preservação e para as áreas que as estudam. Por sua vez, esses bens culturais tanto se originam da Ciência quanto da Arte e da Cultura, aí incluída a produção dos povos indígenas.

Segundo Cassar (1999), a sobrevivência de um objeto é afetada pelos seguintes fatores: os materiais dos quais é feito; as condições ambientais nas quais foi mantido antes de entrar para a coleção; sua utilização antes de ser incorporado à coleção; as condições ambientais em que é mantido após ser incorporado à coleção; sua utilização, como parte constituinte da coleção, em exposições, para pesquisa, como auxílio educacional ou objeto de trabalho; qualquer tratamento anterior de conservação ou reparo. Nesse contexto, podem ser indicadas algumas áreas de conhecimento que interferem diretamente com esses aspectos.

Os bens culturais são o produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos. Reconhecendo essa importância, faz-se mister transmitir da melhor maneira possível esse patrimônio cultural às gerações futuras. Nesse sentido, se inserem os conceitos de preservação, conservação e restauração desses bens.

Pelas razões teóricas e práticas expostas, este trabalho se desenvolve na direção de questões preliminares e questionamentos iniciais, num esboço de um campo de estudos e ponto de partida para pesquisas posteriores. Seu objetivo é analisar os conceitos de interdisciplinaridade e de preservação, e seus componentes epistemológi-

cos básicos, a fim de identificar questões ou traços interdisciplinares na preservação de bens culturais.

Esta discussão é resultado de uma pesquisa teórica e documental, fundamentada em conceitos, tanto de interdisciplinaridade quanto de preservação, e orientada por documentos provenientes da literatura científica e daqueles que regulamentam o campo da preservação de bens culturais, conhecidos como cartas patrimoniais.

INTERDISCIPLINARIDADE: BREVÍSSIMO HISTÓRICO, CONCEITOS E COMPONENTES TEÓRICOS

| 27 |

Nos estudos teóricos e empíricos sobre interdisciplinaridade desenvolvidos ao longo de suas pesquisas, um dos autores deste trabalho, Pinheiro (1992, 1997, 2006), tem estudado principalmente Japiassu (1976) e sua obra fundamental para o entendimento da questão, “Interdisciplinaridade e patologia do saber” e, posteriormente, a mais recente, sobre transdisciplinaridade e questões filosóficas, publicada em 2006. Além do foco central em Japiassu, fortalecem o edifício teórico da interdisciplinaridade as ideias de Olga Pombo (1993, 1994, 2003), respeitada pensadora portuguesa, Julie Klein, especialmente seu livro de 1996, e Morin (1998), autores muito produtivos em torno dessa temática, entre outros teóricos.

No entanto, uma das autoras mais reconhecidas e citadas na literatura da área, Ivani Fazenda, estudiosa da interdisciplinaridade desde os anos 1970, ainda não tinha sido incluída no ciclo de autores estudados por Pinheiro, e que têm embasado suas pesquisas, lacuna parcialmente preenchida neste trabalho.

Se compararmos as preocupações ou os fenômenos que ensejaram as pesquisas sobre interdisciplinaridade dos principais teóricos de língua portuguesa, Japiassu, Fazenda e Pombo, os dois primeiros do Brasil e a terceira de Portugal, em todos estão presentes as questões pedagógicas e epistemológicas, com distinção na ênfase de

cada um. Fazenda (2008), por sua própria formação e experiência em Educação, está mais inclinada aos aspectos pedagógicos. Por razões similares, Japiassu (1976), epistemólogo, ao pensar a origem da interdisciplinaridade enfatiza a “necessidade de criar um fundamento ao surgimento de novas disciplinas”, e os problemas epistemológicos das Ciências Humanas e Sociais, sem descurar das “motivações próprias às necessidades do sistema universitário”, enquanto Pombo equilibra o seu pensar entre a proposta pedagógica, emergente entre professores, e as questões epistemológicas. Nesse sentido, enfatiza que a partir de certo momento são “[...] os próprios homens da ciência que se dão conta da gravidade das conseqüências da especialização que praticam”. (POMBO, 2003)

Fazenda (2008), em relevante livro sobre o assunto, lançado em 1994 e atualmente na 15ª edição, traça um histórico da interdisciplinaridade que se inicia pelo “[...] dilema proposto desde o final da Segunda Grande Guerra”, expresso no seguinte enunciado: “[...] a ciência questionada em sua objetividade não encontra pátria nas atuais subjetividades. A verdade paradigmática de objetividade tem sido substituída pelo erro e pela transitoriedade da ciência”, o que abre perspectivas para o “real encontro entre ciência e existência”. A partir da contradição ciência / existência, Fazenda (2008, p. 17) passa e ultrapassa as dicotomias daí decorrentes, possíveis de elucidação pela “[...] releitura dos primeiros estudiosos das questões da interdisciplinaridade, nessas três últimas décadas, organizando as principais conclusões obtidas [...] o movimento próprio vivido pela interdisciplinaridade”. Assim, percebemos que os seus questionamentos e argumentos vêm dos próprios impasses enfrentados pela ciência diante da sociedade e da relação entre ciência e existência.

É oportuno lembrar a juventude científica da interdisciplinaridade, movimento iniciado, segundo Ivani Fazenda (2008), na França e na Itália, em meados da década de 1960. Na França, esse foi um período conturbado pela eclosão de reivindicações protagonizadas por alguns setores, especialmente estudantes descontentes com o ensino,

distanciado das questões políticas, econômicas e sociais emergentes. A interdisciplinaridade é vislumbrada como uma possível estratégia pedagógica e epistemológica para responder aos diferentes problemas de uma determinada área, cuja resposta ou solução demanda conhecimentos oriundos de diferentes áreas.

Em abordagem histórica e fracionamento simplificado para fins didáticos, Fazenda (2008, p. 17–18) subdivide o processo científico da interdisciplinaridade em três décadas: a de 1970, de construção epistemológica da interdisciplinaridade e busca de definição; nos anos de 1980, a “[...] explicitação das contradições epistemológicas decorrentes dessa construção e explicitação de um método”; e a década de 1990, da “[...] constituição de uma nova epistemologia, a própria da interdisciplinaridade” e da teoria da interdisciplinaridade.

Fazenda esclarece que a discussão teórica sobre “o papel humanista do conhecimento e da ciência” orientou os discursos da década de 1970, quando surge o livro de Japiassu (1976), por ela considerado “a primeira produção significativa sobre o tema no Brasil”. (FAZENDA, 2008, p. 19)

Essa teórica aponta a totalidade como a categoria em torno da qual giram as discussões da década de 1970 e reconhece Georges Gusdorf como um dos principais precursores da interdisciplinaridade, tendo a totalidade como “tema por excelência”. Não por acaso é Gusdorf quem assina o denso prefácio do livro de Japiassu, de 1976, demonstrando uma conexão de idéias de interdisciplinaridade entre teóricos de diferentes países.

Este tópico é finalizado por algumas definições de interdisciplinaridade, a fim de demonstrar os pontos comuns e convergentes teoricamente, bem como singularidades do pensamento dos principais teóricos da interdisciplinaridade, a começar por Japiassu (1976), na condição de precursor. Para Japiassu (1976, p. 53–54), a interdisciplinaridade “[...] se afirma como reflexão epistemológica sobre a divisão do saber em disciplinas para extrair suas relações de interdependência e de conexões recíprocas”. Sua “grande esperança” é a “renova-

ção e mudança no domínio da metodologia das ciências humanas” e seu “objetivo ideal” é “descobrir as leis estruturais de sua constituição e funcionamento – seu denominador comum”.

A interdisciplinaridade pode ser traduzida “antes de tudo, como o esforço de reconstituição da unidade do objeto que a fragmentação dos métodos indevidamente pulveriza”. Na chamada interdisciplinaridade estrutural “[...] há uma combinação das disciplinas, correspondendo ao estudo de novos campos de problemas, cuja solução exige a convergência de várias disciplinas, tendo em vista levar a efeito uma ação informada e eficaz”, o que Japiassu (1976) traduz sinteticamente como “diálogo de disciplinas”.

Já Olga Pombo (1994), ao analisar e discutir o vocabulário sobre interdisciplinaridade, enfoca também uma pluralidade de termos ou “família de palavras”, incluindo variações terminológicas e conceituais como interdisciplinaridade estrutural, unificadora, interdisciplinaridade de engrenagem, restritiva, com as respectivas explicitações. Para a autora, há um *continuum* nesses conceitos, por nós percebidos como semelhantes aos de Japiassu, a começar pela coordenação (pluridisciplinaridade), passando pela combinação (interdisciplinaridade) e chegando à fusão (transdisciplinaridade). A partir de categorias divididas em ciência de fronteiras, interdisciplinas e interciências são identificadas as disciplinas que responderiam às particularidades de cada uma. (POMBO, 2003)

A autora norte-americana Julie Thompson Klein tem uma extensa produção teórica sobre interdisciplinaridade, publicada em inúmeros livros e artigos, pontuados pelo uso de metáforas como “construção de pontes”, “fertilização cruzada” e “reestruturação”. Para ela, a prática interdisciplinar ou “[...] o trabalho de fronteira é um conjunto composto por reivindicações, atividades e estruturas institucionais que definem e protegem o exercício do conhecimento”. (KLEIN, 1996)

Finalmente Morin (1998), em seu artigo *Reforme de pensée, transdisciplinarité, réforme de l'Université*, repensa o sistema, por ele

considerado a primeira noção, um todo organizado que “[...] produz ou favorece a emergência de certo número de qualidades novas que não estão presentes nas partes separadas”, capaz de conectar as partes ao todo, o que remete à noção de totalidade, estudada por outros autores abordados nesse trabalho.

PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

A herança cultural é aquilo que se transmite, conscientemente ou não, de geração em geração. Essa transferência não se relaciona a toda a cultura, mas a uma seleção realizada por critérios de valor muito estritos, escolhidos a partir de valores políticos e culturais. As causas emocionais e afetivas se juntam aos primeiros critérios.

A preservação surge como instrumento para essa transmissão e consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem.

Para Heloisa Costa (2008), preservação é o processo de tomada de consciência do valor de um bem cultural. Implica em observação, sensibilização, critérios de escolha, análise e decisão. Aqui se percebe uma ampliação do conceito, como identificado no trecho a seguir:

[...] a raiz latina de preservação é *pra-e-servare*, que vem a ser a ação de proteger qualquer um, qualquer coisa, colocando-o ao abrigo de um mal. *Pra* é, assim, um prefixo amplificador e significa ‘para alguém ou alguma coisa’, em direção à, lançar-se à frente. Exprime antecedência, antecipação, precaução, intensidade, predominância, prefulguração. Disso se pode inferir um aspecto de movimento em direção à, uma ação que se faz com intensidade para alguém ou alguma coisa, portanto, tem um objetivo mais amplo em direção ao humano, à transmissão, à formação dos indivíduos. (COSTA, 2008, p. 122)

A partir disso, áreas como a Ética e a Filosofia se apresentam como fundamentais para as discussões em torno do tema da preservação. O patrimônio cultural, em sua grande diversidade, tem por base a atribuição de valores aos bens que nele se inserem. Assim, a habilidade de compreender esses valores depende, em certa forma, do grau em que as fontes de informação sobre esse bem podem ser compreendidas, e de sua veracidade. Conhecer e compreender o potencial informacional relacionado ao bem cultural, em especial seu(s) significado(s), determina sua apreensão e é determinante para sua preservação.

Entre os muitos documentos que regulam e definem a atividade de preservação, com relação aos valores, a Carta de Nara (UNESCO, 1994) nos diz que:

Todos os julgamentos sobre valores atribuídos aos bens culturais, assim como a credibilidade das fontes de informação relacionadas podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro da mesma cultura. Não é possível basear julgamentos de valores e autenticidade dentro de critérios fixos. Ao contrário, o respeito a todas as culturas determina que os bens culturais devam ser considerados e julgados dentro de contextos culturais aos quais eles pertencem.⁴

Segundo Mohen (1999), a transmissão do patrimônio cultural implica em uma tripla dimensão:

- se exprime graças a uma materialidade, aquela do objeto tangível (instrumentos, quadros, esculturas etc.) ou intangível (tradição oral);
- é diacrônica e seu poder se exerce no tempo; e
- possui uma dimensão política porque constitui um projeto cultural.

Em relação às duas primeiras dimensões, a preservação desses bens atua no sentido de permitir a sua manifestação mais plena pos-

4 All judgments about values attributed to cultural properties as well as the credibility of related information sources may differ from culture to culture, and even within the same culture. It is thus not possible to base judgments of values and authenticity within fixed criteria. On the contrary, the respect due to all cultures requires that heritage properties must be considered and judged within the cultural contexts to which they belong.

sível, ao zelar pela constituição material dos objetos, agindo contra a sua decomposição pela passagem do tempo, e ao procurar viabilizar a sua transmissão às futuras gerações. (GRANATO, 2003)

Quanto ao aspecto político, o tema tem sido discutido nos diversos fóruns internacionais que produziram documentos de orientação às nações. Cury (2001) apresenta uma coletânea atualizada sobre essa documentação, partindo da Carta de Atenas, em 1931, até a Decisão 460 de Cartagena, em 1999. A leitura desses documentos mostra que o interesse pela conservação do patrimônio cultural partiu dos sítios e monumentos arquitetônicos, foco central que se espalhou para alguns bens móveis, como as obras de arte e as descobertas arqueológicas. (GRANATO; SANTOS; ROCHA, 2007)

Matero (2000) define conservação como uma disciplina híbrida dedicada a salvaguardar o patrimônio cultural pela observação e análise da evolução, deterioração e manutenção da cultura material; conduzindo pesquisas para determinar a causa, o efeito e a solução dos problemas; e direcionando intervenções preventivas e remediações para manter a integridade e a qualidade do bem cultural.

As definições de conservação giram em torno de procedimentos para manter a integridade de um objeto que tem importância histórica, artística e/ou científica. Na verdade, são procedimentos que têm por finalidade combater os efeitos da Segunda Lei da Termodinâmica.⁵ Todos os objetos têm um tempo finito de existência e a conservação e a restauração têm por objetivo primordial ampliar esse tempo, de forma a permitir a passagem de documentos selecionados para as gerações futuras. A restauração inclui-se como um procedimento extremo de conservação, quando o objeto possui importância tal que mereça todo o investimento necessário a uma abordagem cons-

5 Essa Lei da Termodinâmica está relacionada aos fluxos de energia nos sistemas. A energia tende espontaneamente a fluir somente de um local em que está concentrada para uma situação mais difusa e espalhada. Os sistemas tendem a se modificar de um estado mais organizado para um menos. A referência feita para o caso da preservação significa que os materiais tendem a se transformar naturalmente para aqueles com menos organização, que são os produtos da degradação.

cienciosa. Por esta razão, determina interferência profunda no objeto, realizada após pesquisa detalhada, tanto técnica quanto histórica, do artefato a ser restaurado.

Como forma complementar aos procedimentos de conservação, outras formas de proteção para os bens culturais são essenciais para sua preservação e se relacionam com a pesquisa e a documentação desses bens. Através dessas iniciativas é ampliado o conhecimento sobre o bem e este é registrado, propiciando que seu potencial documental seja plenamente explorado e possa ser mantido indefinidamente como marca de sua presença no mundo real. Assim, mesmo que as forças da natureza acabem por destruir o bem, este ainda poderá, de certa forma, ser apreendido pelas futuras gerações.

As decisões envolvidas num processo de preservação são aspectos importantes que muitas vezes não são considerados em seus componentes subjetivos. Normalmente, são as ações mais objetivas, que envolvem metodologias de documentação, estudos sobre os materiais componentes dos objetos e aqueles para utilização em procedimentos de conservação, estudos sobre o ambiente onde está o bem cultural e formas para seu controle, que são priorizadas. Já as discussões que fazem fronteira com a Filosofia têm sido relegadas a um segundo plano, mas são o embasamento sobre o qual se estruturam os processos de tomada de decisão, tão frequentes e tão pouco analisados.

INTERDISCIPLINARIDADE E PRESERVAÇÃO: DELINEAMENTOS TEÓRICOS POSSÍVEIS

Quando se examina a evolução dos conceitos de preservação, conservação e de restauração na literatura, verifica-se um interesse crescente pelo tema. Simultaneamente, sua natureza tem sido clarificada de forma apreciável, a ponto de hoje ser possível considerar a conservação como uma disciplina baseada em método, quando inicialmente constituía-se em profissão de conhecimento empírico. No

contexto dessa mudança, as relações que surgem entre dois componentes da preservação moderna — o que é relevante para as ciências humanas e sociais e o que é relevante para as ciências exatas e a tecnologia — merecem atenção especial e já evidenciam aspectos de interdisciplinaridade.

A origem do desenvolvimento da primeira componente (como disciplina histórica) remonta ao início do século XIX. Intervenções realizadas seguindo os princípios de estilo de escolas de arte formalmente reconhecidas eram impensáveis sem essa componente. A segunda componente é mais recente, tendo-se desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial. A expansão do papel das pesquisas tecnológicas sobre objetos culturais ampliou a prática da conservação de artesanato tradicional incorporando diversos procedimentos das ciências exatas.

Um exemplo claro deste fato relaciona-se ao conhecimento dos materiais constituintes dos bens culturais, fator determinante para conhecer os processos de destruição a que podem ser submetidos. A Química, por exemplo, em suas diversas subdivisões (analítica, orgânica, inorgânica, bioquímica, ambiental, etc.), auxilia com todas as metodologias de identificação dos materiais constituintes dos bens culturais. Aqui a interação entre profissionais especializados com o trato do patrimônio cultural e os químicos determina a aproximação adequada aos bens culturais, com a manutenção de seu conteúdo informacional sem dano, e a seleção de procedimentos que sejam, preferencialmente, não destrutivos para sua identificação. A análise dos resultados obtidos nos procedimentos analíticos também será bem efetuada se em conjunto entre profissionais das duas áreas, resultando em maior conteúdo de informação produzido.

Associam-se a essa expertise a Ciência dos Materiais e a Física. Em articulação, Química, Ciência dos Materiais e Física propiciam um conhecimento da matéria constituinte dos bens culturais que possibilita identificar agentes de deterioração e estimar velocidades de degradação, fundamentais para o conhecimento dos processos e para o desenvolvimento de metodologias de preservação para os bens. Além

disso, possibilitam a identificação e constituição de produtos que podem ser utilizados na conservação do patrimônio cultural, avaliando suas interações, possíveis danos e possibilidades de remoção sem comprometimento do bem.

Os bens culturais materiais são afetados pelo ambiente em que são expostos ou acondicionados. Condições ambientais inadequadas são uma causa séria de deterioração, muitas vezes agravada pelo fato de que os efeitos permanecem invisíveis por um período longo. Relacionados a esse ponto, interagem para melhor atuação sobre o problema a Química, com grande parte dos procedimentos analíticos que permitem avaliar ambientes onde os bens culturais são protegidos e para o conhecimento do efeito, por exemplo, de líquidos e gases sobre os materiais; a Arquitetura, no sentido de projetar e adaptar espaços que favoreçam a formação de uma determinada condição ambiental; a Engenharia Ambiental, estudando os processos que possibilitem um controle do ambiente e seu monitoramento (sistemas de ventilação, ar condicionado, desumidificação etc.); a Biologia, para identificação e controle de espécies biológicas que possam destruir os bens culturais. Todas as interfaces precisam ser trabalhadas em conjunto, de forma que as soluções atendam a todos os aspectos que possam ser levantados em cada uma dessas áreas específicas.

Outras disciplinas podem estar envolvidas dependendo do objeto em questão, por exemplo, as Artes, a Arqueologia, a Paleontologia, a Arquivologia, a Geologia, a Astronomia, em função do tipo de bem cultural a ser preservado. Quadros ou esculturas, artefatos pré-históricos ou históricos, remanescentes de seres pré-históricos, documentos em suporte papel, rochas ou instrumentos científicos irão inserir bases de conhecimento e valores específicos de cada uma dessas áreas para auxiliar na melhor compreensão e trato com o objeto cultural.

Uma outra gama de disciplinas está relacionada com as áreas das Humanidades e Artes. Aqui os aspectos são mais subjetivos e abs-

tratos e muito relacionados à atribuição de valores. Podemos destacar a História, a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia, a Arqueologia e o Direito. Especificamente em relação às Artes, são essenciais os conhecimentos de História da Arte, Filosofia da Arte, Sociologia da Arte, Antropologia da Arte, entre outros. O fluxo de informação e comunicação em Artes, por sua vez, é rico e complexo e vêm desde o artista, aquele que cria, os teóricos – professores e pesquisadores –, até os curadores e críticos de arte, cenógrafos e gestores de museus e galerias, estes últimos afetados diretamente pelo mercado de artes.

A Museologia se insere nas duas vertentes de relação, tanto nas humanas como nas exatas, pois se identifica com o desenvolvimento e uso de procedimentos de preservação em amplo senso (documentação, conservação, restauração, cultura material e pesquisa), assim como com toda a parte humanística relacionada à atribuição de valores e à ética da preservação. Até pouco tempo, antes de se constituir em campo de atuação, a preservação de bens culturais esteve diretamente ligada a esse campo do conhecimento. O primeiro curso para profissionais para museus, no Brasil, idealizado por Gustavo Barroso⁶ no Museu Histórico Nacional, formava conservadores. O advento de cursos de graduação em conservação no país, nos últimos anos, trás uma individualização em relação à Museologia que, mesmo assim, não deixa de ter uma imensa relação com o novo campo, já que lida basicamente em sua epistemologia com o patrimônio cultural.

Finalmente, o título do trabalho traduz os limites de sua abordagem, num esboço de uma temática fundamentada no entrecruzamento da preservação e interdisciplinaridade. O esforço teórico dos autores está longe de refletir e resgatar a complexidade, a pluralidade e a fértil perspectiva teórica de uma temática relevante e contemporânea, mas que apenas começou...

6 No entanto, o curso foi inaugurado na breve gestão de Rodolfo Garcia, através do Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932. (BRASIL, 1932)

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 18 abr. 2011
- CASSAR, May. Update on the environment: the route to sustainability. *Museum Practice*, v. 4, n.3, p. 58-64, 1999.
- COSTA, Heloisa H. F. Gonçalves da. Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial. Afinal, com qual patrimônio nos preocupamos? In: CARVALHO, Claudia S. et al. *Um olhar contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico nacional, 2008. p. 119-129.
- CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001. 384p.
- FAZENDA, Ivani C. Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2008. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Claudia Regina Alves da. *Conservação de acervos*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007. (Série MAST Colloquia, v. 8).
- GRANATO, Marcus. *A restauração de instrumentos científicos históricos*. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Orientador: Luiz Roberto M. de Miranda.
- HALBSWACHS, Maurice. *Memórias coletivas*. São Paulo: Centauro, 2006.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 202 p.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 221p. (Série Logoteca).
- JAPIASSU, Hilton. *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- KLEIN, Julie Thompson. *Crossing boundaries, knowledge disciplinaries, and interdisciplinaries*. Charlottersville, London: University Press of Virginia, 1996. 281p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. *Revista CPC*, v.1, n. 1, abr. 2006.

MATERO, Frank. Ethics and Policy in Conservation. *Conservation*, v. 15, n. 1, p. 5-9, 2000.

MOHEN, Jean-Pierre. *Les sciences du patrimoine, identifier, conserver, restaurer*. Paris: Odile Jacob, 1999. p.1-56.

MORIN, Edgard. Réforme de pensée, transdisciplinarité, réforme de l'Université. Communication. *Bulletin Interactif du Centre International de Recherches et Études transdisciplinaires*, n. 12, fev. 1998. Disponível em: <<http://basarab.nicolescu.perso.sfr.fr/ciret/bulletin/b12/b12c1.htm>>. Acesso em: 26.abr.2011.

MUÑOS VIÑAZ, Salvador. *Contemporary theory of conservation*. Oxford: Elsevier, 2005.

| 39 |

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *A Ciência da Informação entre sobre e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PINHEIRO, Lena Vania R. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néliida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. (Org.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006. p.111-141.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Prefácio. In: COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico*. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 1992. p.1-12. (Documentos para disseminação, 4)

POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, Olga; LEVY, Teresa; GUIMARÃES, Henrique (Org.). *A interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. 2. ed. Lisboa: Texto, 1994. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/vocabulario-interd.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE, 2003. Porto. *Anais...* Universidade do Porto, 2003. Disponível em: http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf. Acesso em: 26 abr. 2011.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectiva. In: _____. *A interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1993. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/>>

docentes/opombo/mathesis/inter disciplinaridade .pdf>. Acesso em: 26 abr. 2011.

UNESCO. Convention Concerning the Protection of The World Cultural and Natural Heritage. [*Nara document*]. Phuket, Thailand, 1994. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/nara94.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2012.